

Ecoss da Segunda República e da Guerra Civil Espanhola no Brasil *

Gisálio Cerqueira Filho **
Gizlene Neder ***

“Morrer pela Pátria”: socialismo / comunismo versus fascismo/integralismo no Brasil

Escrita no correr da década de 1930 por Carlos Cavaco, “Morrer pela Pátria” é uma peça teatral que confronta as ideologias socialista/comunista e integralista assumidas pelos dois personagens centrais: Roberto, 30 anos, oficial da reserva do exército brasileiro e Edmundo, 25 anos, irmão dele, simpatizante das idéias socialistas. Ambos os personagens estão remetidos à mãe comum, Martha, 50 anos, que permite e potencializa o confronto entre Roberto e Edmundo. O diálogo entre Roberto e Edmundo aborda os temas candentes da década de 1930, tais como: revolução/evolução; materialismo/religiosidade; liberalismo/autoritarismo, além de recorrer a temáticas muito peculiares da época, como o papel da família e mais especificamente da mulher, a questão dos costumes e da influência do cinema e, sobretudo, a lealdade para com a pátria.

Escrita em três atos, a ação se desenrola no ambiente doméstico de uma casa de família pequeno-burguesa, tendo como cenário político ideológico não só a radicalização política da década de 1930, quanto a preparação da insurreição de 1935,

* Agradecemos as sugestões feitas pelos pareceristas da Revista Tempo, especialmente Enrique Serra Padrós. Este artigo contém parte de trabalho de pesquisa inédito contemplado no concurso “V Centenário da Descoberta da América”, patrocinado pelo Instituto de Cooperação Ibero-americana e pela Comissão Real para a celebração do V Centenário da Descoberta da América (Resolução 24892, de 29 dez. 1984, publicada no BoE, Madri, 9 nov. 1984). Contou no Brasil com financiamento, sob a forma de auxílio de pesquisa, do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), 1987/1988.

** Professor do Departamento de Ciência Política da UFF.

*** Professora de História Moderna e Contemporânea do Departamento de História da UFF.

na qual o Partido Comunista Brasileiro teve ativa participação. A Guerra Civil Espanhola e a Espanha aparecem como catalisadoras dos conflitos nacional e internacional que opõem bons e maus. Neste particular, o esquematismo e o maniqueísmo foram permanentemente associados, no Brasil e no mundo, à Guerra Civil Espanhola.¹

O presente artigo objetiva estudar a extensão do debate sobre a “questão espanhola” no Brasil. A obscura (contemporaneamente falando) peça de Carlos Cavaco indica-nos uma certa presença do tema nos debates políticos e ideológicos travados no Brasil na década de 1930. Procuramos identificar a extensão deste debate na grande imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo, mapeando as clivagens ideológicas existentes. Certamente a Revolução de 1930, que pôs fim à Primeira República, ou mesmo a Revolução Constitucionalista de 1932, quando paulistas questionaram os rumos assumidos pelo processo político liderado por Getúlio Vargas, implicaram alinhamentos ideológicos que acabaram por tornar melindrosa a utilização dos vocábulos **revolução** e **república**. O debate sobre a Segunda República e a Guerra Civil Espanhola, realizado pela grande imprensa no Brasil, teve de encontrar formas de referência aos episódios ocorridos em Espanha que legitimassem ou não, conforme o caso, o processo histórico brasileiro.

A “questão espanhola” como marco histórico

Na Espanha proclamou-se a Segunda República em 1931. Desde o fim do império colonial espanhol (1898),² desencadearam-se várias mudanças que traduziram, de forma bastante compartimentalizada, as contradições da sociedade espanhola. Emergiram tanto as posturas ultranacionalistas quanto os ideais do internacionalismo revolucionário.

Complexa, a formação histórica espanhola apresentava fortes setores conservadores e tradicionalistas (latifundiários e clero). Simultaneamente, desenvolveu-se uma burguesia ligada ao comércio de importação/exportação, com posições políticas liberal-conservadoras, que conviveu com as teses revolucionárias socialistas, anarquistas e marxistas.³ Havia ainda um setor camponês que aspirava reformas no campo. As alianças entre a burguesia emergente (particularmente na Catalunha e nas Astrais), os latifundiários e o clero, de um lado, e a presença do capital estrangeiro, de outro, delinearam a impossibilidade histórica de constituição de uma dominação burguesa democrático-liberal representativa de um projeto nacional que englobasse todas as regiões componentes da Espanha, nos moldes daquelas estabelecidas em França ou Inglaterra.

Explicava-se, assim, em larga medida, o fracasso das revoluções liberais na Espanha,⁴ que limitaram o liberalismo a posições muito conservadoras, ao mesmo tempo que se criava condições para certos setores dessa burguesia procurarem uma

1. Esta peça foi encenada no Rio de Janeiro em meados da década de 1980 pelo grupo teatral “Tá na Rua”, sob a direção de Amir Haddad. Sua proposta implicava a busca de uma postura cênica que possibilitasse a identificação de contradições entre o *pensar* e o *sentir*, de modo que o texto integralista (dramático, autoritário e reacionário ao nível da razão, do pensar) fosse vivenciado (sentido) de forma crítica pelos artistas e pela platéia, convertendo-se numa comédia. Os autores acompanharam, assessorando, a montagem da peça, desde seus primeiros ensaios realizados no início da década de 1980, no DCE da UFF.

2. Com a independência de Cuba, a Espanha perde sua última colônia dos tempos áureos da Conquista.

3. Veja Miguel Avilez Fernandez et al., *Nueva historia de España*, cap. IV, v. 17, Madri, EDAF, 1981.

4. Sobre este tema: Karl Marx e F. Engels, *La Revolución en España*, Moscou, Progreso, 1980.

saída separatista (na Catalunha, nas Astúrias e no País Basco). Este era o contexto histórico que demarcava a inserção da formação histórica espanhola nos quadros da expansão imperialista. Cunhava-se uma forma combinada entre tradição e modernização, e as divisões regionais muito acentuadas⁵ encarregavam-se de delimitar os espaços (geográficos) onde cada um destes processos exerceria uma predominância.

De um modo geral, o campo permaneceu quase inalterado quanto à estrutura agrária tradicional. Ao mesmo tempo, nas regiões onde afluíam a industrialização e a urbanização, eclodiam as manifestações do movimento operário espanhol, geograficamente concentrado em poucas cidades, mas ativo e forte. Paralelamente, o campesinato movimentava-se e reclamava a reforma agrária.

A Segunda República tinha pela frente a tarefa de apresentar uma solução (política) para uma formação histórico-social compartimentada, antagônica e contraditória: tradição & nação; clericalismo & anti-clericalismo; burguesia & operariado; liberalismo conservador & socialismos de vários matizes (anarquistas, socialistas, comunistas); monarquistas & republicanos. A peculiaridade desta conjuntura histórica em Espanha residia exatamente na presença simultânea de questões atinentes à problemática política oitocentista, marcada pela polarização ideológica entre revolução versus restauração, presentes no cenário das revoluções liberais de 1848, e à novecentista. Esta, por sua vez, vinha marcada pela contra-revolução burguesa, que fez uso de mecanismos de coerção política para conter os movimentos revolucionários. Tais embates políticos e ideológicos têm marcado o século XX, nomeado por Eric Hobsbawm como a “era dos extremos”.⁶

A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) representou, neste sentido, um marco na história deste século. Marco porque, de um lado, reeditou as velhas contradições, presentes nas formações histórico-sociais europeias do século XIX. Carregava, assim, para a década de 1930, a polarização do Novecentos entre monarquia versus república. De outro lado, projetava, pela primeira vez – de um ponto de vista internacional – a forma como a contra-revolução burguesa tendeu a se constituir pelo século XX afora. Ou seja, a polarização da luta de classes atingiu dimensões internacionais. Mesmo considerando a radicalização política sob os regimes nazi-fascistas na Alemanha e na Itália como enquadrados neste contexto contra-revolucionário desde os primórdios do século XX, portanto anterior à questão espanhola, estes não haviam se projetado enquanto pólos catalisadores da luta de classes no plano internacional.⁷ Apesar da crise da II Internacional, a vitória bolchevique na Rússia (1917) ensejou uma lufada de esperança que ganhou espaços pelas possibilidades históricas criadas pela conjuntura da guerra. A construção do socialismo na URSS e a constituição da III Internacional abriram caminho para a polarização nas relações internacionais. Neste particular, a

5. Observe-se que a unificação nacional constitui problema delicado em Espanha até os dias atuais, inclusive pela persistência do terrorismo separatista no País Basco e outras resistências regionais mais ou menos organizadas.

6. Ver Eric Hobsbawm, *A era dos extremos, o breve século XX, 1914-1991*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

7. Cf. Renzo de Felice, *Explicar o fascismo*, Edições 70, Lisboa, 1978. Este autor, analisando as interpretações sobre o fascismo, mostra como o movimento foi tido como um fenômeno político italiano restrito (do ponto de vista geográfico e psicocultural) por boa parte da opinião pública ocidental.

Segunda República e a Guerra Civil Espanhola converteram-se em palco de um confronto que extrapolou as meras e convencionais formas de guerra civil.

No dia 18 de julho de 1936, as tropas do exército espanhol levantaram-se nos quartéis e tentaram ocupar rapidamente Madri e as principais cidades espanholas. Seu propósito: varrer a República, para declarar o regime militar.⁸ Desde a queda da monarquia, os setores conservadores da sociedade espanhola viviam uma situação de exasperação, acirrando a radicalização política e estimulando o golpismo. O objetivo era restaurar a velha ordem e acabar com o que consideravam a “baderna” propiciada pela República. Ninguém na Espanha daquele ano de 1936 tinha dúvida de que o golpe viria. As tensões sociais, nas cidades e no campo, tinham chegado a um ponto explosivo, levando ao radicalismo político, num quadro agravado por sangrentas rebeliões, revoltas de operários e camponeses e assassinatos políticos por toda parte.⁹

A jovem República, nascida em 1931, estava pressionada à direita e à esquerda. Camponeses esfaimados exigiam terras; os latifundiários não queriam nem sequer discutir a reforma agrária. Enquanto “carlistas” suspiravam pela volta da monarquia, a esquerda dizia abertamente nos comícios que a república liberal era apenas a preliminar do regime socialista que estava por vir.

A polarização atingiu o clímax quando, em fevereiro de 1936, a Frente Popular, de esquerda, venceu a eleição parlamentar, com quase 400 mil votos a mais que a Frente Nacional, de direita. No dia 1º de Maio, cerca de 200 mil pessoas desfilaram em Madri cantando o hino da Internacional e carregando retratos de Lênin, Stálin e do líder socialista espanhol Largo Caballero. Parecia estar prestes de se concretizar a revolução na Espanha.

Mesmo as reformas moderadas do governo liberal assustaram a direita, articulada numa aliança entre os latifundiários, o clero e os militares. Francisco Franco, o mais jovem general do Exército, foi transferido de seu posto do Estado Maior em Madri para as Ilhas Canárias, numa tentativa vã do governo de Manuel Azaña de desmobilizar a reação conservadora. Os acontecimentos se precipitaram com o assassinato do líder Calvo Sotelo (líder da direita parlamentar) e o golpe eclodiu.

O levante converteu-se numa das mais ferozes guerras civis da História. Ao fim de quase três anos de luta fratricida, cerca de 600 mil espanhóis – além de alguns milhares de estrangeiros – tinham morrido. Trezentos mil tornaram-se prisioneiros e 500 mil exilados. O país arrasado transformou-se em campo de provas para as táticas dos tanques e aviões de Hitler e Mussolini, em apoio a Franco. O levante, iniciado no Marrocos espanhol, avançou pelas principais cidades do território continental.

Madri, Barcelona, Bilbao e Valência foram as últimas a serem tomadas pelas forças rebeldes franquistas. No dia 20 de julho de 1936, milhares de madrilenos mal armados atacaram o quartel sublevado de La Montaña; massacraram os oficiais, apoderaram-se de 50 mil fuzis e de grande quantidade de munição e depois tomaram as cidades próximas de Alcalá, Guadalajara e Toledo, que estavam em mãos das falanges franquistas. Em Toledo, a guarnição republicana refugiou-se em Alcázar (espécie de fortaleza), onde apresentou uma das resistências mais conhecidas da

8. O dia-a-dia do levante militar em Espanha ganhou uma reconstituição, na obra literária primorosa de Manuel Vázquez Montalbán, *Autobiografía do general Franco*, São Paulo, Scritta, 1996.

9. Cf. Burnett Bolloten, *La Revolución Española*, Barcelona, Grijalbo, 1980; Hugh Thomas, *La Guerra Civil Española*, 2 vol., Barcelona, Grijalbo, 1979.

guerra, até ser tomada pelas tropas de Franco, dez semanas depois. Passados quatro dias do levante, as falanges franquistas controlavam um terço da Espanha, mas não haviam capturado as quatro cidades industriais mais importantes: Madri, Barcelona, Bilbao e Valência, que permaneceram em mãos republicanas. No mar, os marinheiros mataram os oficiais adeptos do golpe, assumiram o controle dos navios da esquadra e zarparam em direção do estreito de Gibraltar, onde estabeleceram um bloqueio eficiente, impedindo que Franco transferisse suas tropas do norte da África para a península. A guerra civil chegara a um impasse, que seria rompido com a intervenção de forças estrangeiras (Itália e Alemanha) em favor de Franco. O bombardeio aéreo (usado pela primeira vez em tática de guerra) possibilitou a quebra do bloqueio naval às tropas franquistas.

O contexto internacional, no qual a expansão nazi-fascistas fazia seguidos avanços, propiciou a rápida internacionalização da guerra civil. Em pouco tempo, aviões alemães transportaram as tropas franquistas do Marrocos para o sul da Espanha, furando o bloqueio da esquadra republicana.

Desde o primeiro momento, Portugal, sob a ditadura salazarista, colaborou com os franquistas, colocando a seu serviço os sistemas de transporte e comunicação. O governo de Salazar permitiu que os alemães descarregassem material bélico em Lisboa e forneceu até alguns voluntários para as forças franquistas.

A ajuda de Hitler teve menos visibilidade, tendo ocorrido através do envio de material bélico e de financiamentos. Mussolini não hesitou em enviar um corpo expedicionário chamado por ele de “voluntários”, de 50 mil homens, com artilharia, blindados e aviação própria.

Em socorro da República espanhola, dirigida por uma coligação de republicanos, comunistas, socialistas e anarquistas, acorreu a URSS, enviando material bélico, suprimentos de apoio, aviadores e um corpo de instrutores e de oficiais do Estado Maior. Comovidos com o destino da República e desejosos de barrar a ameaça nazi-fascista que crescia, 35 mil socialistas de vários matizes e democratas de quarenta nacionalidades formaram as famosas Brigadas Internacionais. Deles, 10 mil não regressaram a seus países de origem. O contingente mais numeroso era o dos franceses, seguidos pelo alemães, austríacos, balcânicos, italianos, britânicos, norte-americanos, belgas e escandinavos.

Os governos da Europa Ocidental mantiveram uma posição de omissão que muitos consideraram criminosa.¹⁰ Os EUA conservaram-se neutros, o que não os impediu de vender caminhões e petróleo às forças do general Franco. No fundo, apesar das rivalidades imperialistas que colocavam os países aliados contra a Alemanha, a omissão ou a neutralidade por eles adotada encobria não o temor de um confronto com os nazistas alemães, mas o medo da revolução socialista. Sem dúvida, a tão fálada passividade destes países aliados ante a expansão nazista pela Europa, só se explica pela expectativa de um confronto entre a Alemanha e a URSS. O pacto de não agressão entre Alemanha e URSS, entretanto, fez o confronto militar voltar-se para o Ocidente, até a ocupação emblemática de Paris pelas forças nazistas.

10. Camillo Berneri, *Guerra de clases en España (1936-1937)*, Barcelona, Rusquets, 1977. O autor apresenta, em 1937, um artigo para jornal intitulado “La guerra y la revolución”, onde interpreta a passividade dos governos inglês e francês a partir do temor que tinham da revolução.

Fustigados pela aviação, nos dez últimos dias de março de 1939 meio milhão de alquebrados republicanos, dos quais 270 mil eram militares, cruzaram a fronteira com a França. A guerra terminou no dia 1^o de abril, com a vitória das forças franquistas.

Os republicanos aprisionados foram internados em prisões e campos de concentração que anteciparam os campos de extermínio alemães. Morria-se em massa, de frio, fome e maus-tratos. Dos 30 mil que entraram no campo de Albatera, só dez mil saíram vivos. Os fuzilamentos sumários eram uma prática corriqueira. O conde Ciano, em relatório a Mussolini, fala de 6 mil execuções mensais em Madri. Segundo o historiador Gabriel Jackson,¹¹ os franquistas liquidaram entre 100 mil e 200 mil compatriotas, do início da guerra até o fim das execuções em massa em 1944. Um ministro franquista fala em 192.684 execuções em prisões. O volume de processos era tão grande que os tribunais militares funcionaram até 1963 para julgar “delitos” políticos. Ainda entre 1947 e 1963 foram pronunciadas 45 penas de morte, das quais 19 executadas. O regime franquista só terminaria com a morte do velho caudilho, em 1975.

Numa análise comparativa, a situação histórica espanhola na década de 1930 teve precedentes na Comuna de Paris, de 1871. A Comuna, primeira experiência de governo proletário da história contemporânea, apresentava o mesmo quadro de contradições da sociedade espanhola na década de 1930. Ou seja, uma situação histórica peculiar de transição onde ocorria, simultaneamente, tanto a luta contra o Antigo Regime (encabeçada por republicanos radicais) quanto a luta pela igualdade e justiça sob a bandeira vermelha do socialismo. A Comuna, pelos horrores da contra-revolução, pela utilização de métodos e estratégias repressivos sanguinários, vivenciou, – de forma limitada a uma cidade, Paris – no século XIX, o que seria, grosso modo, vivenciado pelas experiências revolucionárias do século XX. No entanto, pelo próprio estágio do desenvolvimento do capitalismo na década de 1870, e pelas enormes dificuldades de comunicação e divulgação colocadas pela truculenta repressão política aos movimentos contestadores socialistas a partir de 1871 por todo o continente europeu, o episódio da Comuna não atingiu, em termos internacionais, as dimensões que atingiu, na década de 1930, a Guerra Civil Espanhola.

O mundo dividiu-se, política e ideologicamente, ante a “questão espanhola”. Nesse sentido, a Espanha ocupou, no noticiário internacional, nas alianças diplomático-militares e econômicas, no processo de ideologização que polarizou os movimentos democráticos em face da contra-revolução, um lugar-símbolo. A “questão espanhola”, portanto, ecoou em outras formações histórico-sociais e veio a constituir tema definidor de suas clivagens ideológicas.

Nesse sentido, memoriza Moacir Werneck de Castro, em artigo que escreve para um grande jornal carioca,¹² por ocasião das comemorações do cinquentenário da Guerra Civil Espanhola, realizadas no Rio de Janeiro:

Pertencemos a uma geração que viveu intensamente a Guerra Civil Espanhola, tanto mais quanto aqui a democracia aprofundava e o alento maior no plano internacional nos vinha da batalha contra o fascismo que se travava em terras ibéricas.

11. Gabriel Jackson, *The Spanish Republic and the civil war, 1931-1939*, Princeton, Princeton University Press, 1965.

12. Moacir Werneck de Castro, *Jornal do Brasil*, 26 jul. 1986. Revista de Domingo.

No Brasil, os ecos da República e da Guerra Civil se propagaram ante uma situação política interna muito tensa. Em 1935 eclodia a revolta comunista. A radicalização política da década de 1930 desencadeou uma campanha ideológica anticomunista, que culminou com o golpe de Estado, em 1937. De modo que, quando eclodiu a Guerra Civil Espanhola, a maior parte da esquerda democrática no Brasil estava ou prisioneira ou na clandestinidade.

Para Apolônio de Carvalho, um dos poucos brasileiros a integrar as Brigadas Internacionais, sua decisão de ir para Espanha foi tomada ainda na Casa de Detenção no Rio, em 1936, com outros presos políticos.

Acompanhávamos a situação da guerra através dos jornais. Em muitos cubículos havia mapas da Espanha e a gente pedia que as visitas trouxessem alfinetes de cabeças pretas e brancas, para ir marcando as posições das tropas franquistas e republicanas. Quando fui solto, em 1937, achei que eu, como tenente da artilharia, seria útil na Espanha.¹³

Sem dúvida, o fortalecimento das posições políticas conservadoras na ditadura varguista inibiu, em larga medida, as manifestações de apoio às forças republicanas espanholas. Isto não impediu, no entanto, que a “questão espanhola” fosse debatida pela formação histórico-ideológica brasileira.

Com uma predominância conservadora, as informações sobre a Espanha ocuparam o noticiário da grande imprensa no Brasil. O integralismo, que adaptou regionalmente para o Brasil a ideologia fascista, acabou detendo uma boa parte do controle sobre o processo de formação de uma ideologia em torno da “questão espanhola”. Em função deste fato, verificou-se uma imposição da luta anticomunista, questão primordial do integralismo, que apareceu com muita frequência nas fontes por nós trabalhadas.

A compreensão das clivagens ideológicas e dos ecos da Guerra Civil Espanhola na sociedade brasileira devem ser apreendidas no duplo contexto da radicalização política da década de 1930 e da consolidação do conservadorismo com o golpe de 1937 e a imposição da ditadura do Estado Novo. Nesta moldura política foi que se deu a emergência da ideologia integralista, refletindo no plano nacional os ecos do nazi-fascismo, do salazarismo e do franquismo.

Destarte, a “questão espanhola” recuperou para o vocábulo república sua conotação esquerdista, numa conjuntura política internacional onde o planeta estava tendendo a se dividir em dois blocos (capitalista *versus* socialista) pelos desdobramentos do processo revolucionário, em termos internacionais, e a conseqüente ação da contra-revolução.

Exatamente a partir desta dimensão internacional encontramos na formação histórico-ideológica brasileira a articulação de discursos vários que colocavam a palavra **república** como o pólo central dos argumentos políticos.

Sublinhe-se, outrossim, que a década de 1930, no Brasil, foi inaugurada por transformações significativas que responderam ao processo de estruturação do capitalismo. Desde fins do século XIX, com o fim da escravidão, inicia-se uma

13. Apolônio de Carvalho, Conferência pronunciada na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no Rio de Janeiro, na celebração do 50º aniversário da Guerra Civil Espanhola, 17 jul. 1986. Segundo o depoimento do conferencista, o contingente brasileiro nas Brigadas Internacionais era de dezesseis a dezoito integrantes, quase todos militares cassados que haviam participado da insurreição de 1935.

diversificação social marcante que atingiu, de diferentes maneiras, as diversas regiões que compunham a formação histórica brasileira. Mormente o surgimento do operariado, na região Centro-Sul do país, e a emergência de setores médios nas grandes cidades, ligados ao processo de urbanização/industrialização, colocaram em cheque o sistema de dominação vigente desde a proclamação da República (1889). Na verdade, apesar do fato de a historiografia brasileira ter nomeado como “Revolução” as transformações de 1930, estas não foram tão revolucionárias assim, a ponto de abalarem profundamente o *status quo*.¹⁴ Marcaram, no entanto, algumas mudanças erigidas a partir da presença ativa destes novos setores no cenário político, o que propiciou um rearranjo na estrutura de dominação das antigas oligarquias agrárias.

Entretanto, de uma ou de outra maneira, o ano de 1930 vem sendo tratado como marco histórico pela historiografia brasileira. Assim, as alusões a uma nova etapa no processo histórico brasileiro dão à “Revolução de 30” um estatuto de ruptura, seja com a “Velha República” como dizem uns, seja com a “Primeira República”, como dizem outros para designar o período da dominação das oligarquias agrárias ligadas ao complexo agroexportador cafeeiro, entre 1889, data da proclamação da República, e 1930.

Os dilemas sobre a república e a revolução na grande imprensa brasileira

Na conjuntura ideológica dos primeiros anos da década de 1930, a palavra **república** aparece no Brasil com algumas conotações distintas daquelas empunhadas pela agitação republicana dos últimos anos da monarquia e dos primeiros momentos de reestruturação do Estado em moldes republicanos. Naquele momento, os republicanos brasileiros situavam-se basicamente entre as elites intelectuais e militares e levantavam poucas questões que pudessem implicar modificações estruturais profundas. A agitação liberal radical, sob a influência da Revolução Francesa, já havia sido debelada pelas investidas centralizadoras do Segundo Império.

Dessa forma, na virada do século XIX, a idéia de república tinha pouca conotação esquerdista no Brasil. Idéias como “República Nova”, “Segunda República” e depois “Estado Novo”, já em 1930, não tinham qualquer conotação esquerdista.¹⁵ Esse caráter esquerdista só foi incorporado à idéia de república anos mais tarde, a partir da radicalização política ocorrida com o desenrolar dos acontecimentos em Espanha.. Nos primeiros anos da década de 1930, na formação ideológica brasileira, a idéia de **república** inseriu-se mais numa visão liberal, que enaltecia a “nova república”, aqui no Brasil e na Espanha, e o “Estado Novo”, em Portugal. Neste sentido, a “Segunda República” em Espanha ecoou na formação histórico-social

14. O debate sobre o caráter da Revolução de 1930 é extenso e não vamos repeti-lo aqui. Cabe, entretanto, nosso posicionamento. Nós não a interpretamos como “revolução burguesa”, “pelo alto”, (como faz J. L. Werneck Vianna), ou como marco no processo de aprofundamento da revolução burguesa (permanente) iniciada desde a ruptura com Portugal, em 1822 (Florestan Fernandes). Preferimos caracterizar o evento como uma “transformação burguesa”, tomando emprestada a designação de G. Lukács para o processo alemão.

15. Veja, a esse respeito, Raymundo Faoro, *Existe um pensamento político brasileiro?*, São Paulo, Ática, 1994. Concordamos com a interpretação de Faoro, que trabalha neste texto com a idéia de uma não ruptura do Brasil com Portugal, ao nível do pensamento político, identificando traços pombalinos nas modernizações ensejadas tanto pelo “Estado Novo” em Portugal, com a implantação do regime republicano de Oliveira Salazar, em 1910, quanto na República brasileira.

brasileira, produzindo efeitos ideológicos moderadamente impactantes e em nada esquerdistas. Estes são bastante tênues se comparados à conjuntura posterior à eclosão da Guerra Civil, quando a “questão espanhola” explodiu no noticiário internacional e definiu clivagens político-ideológicas em outras formações históricas. Podemos observar uma interpretação positiva da república espanhola, no início da década de 1930, no trecho seguinte: “Limpo o terreno, a revolução pode assentar, imediatamente, os alicerces da nova república que prometeu e que o povo ansiosamente espera.”¹⁶

Se a expressão **república** no Brasil, diferentemente da Espanha, não tinha conotações à esquerda e mesmo a expressão **revolução** imantava-se de conotação não-esquerdistas (Revolução de 1930), cumpre ressaltar que o impacto da Guerra Civil Espanhola no Brasil produziu clivagens ideológicas diversas, ao apontar para a esquerdização presente no vocábulo república.

Fazemos, portanto, uma diferenciação na conjuntura ideológica da década de 1930. Identificamos uma radicalização política que produziu efeitos na forma de pensar a **revolução** e a **república** a partir da eclosão da guerra civil em Espanha. A captação destas diferenças exige uma análise cuidadosa do processo histórico da formação social brasileira. Na seção “Notas e Informações” de um dos mais importantes periódicos paulistas, *O Estado de São Paulo*, este jornal argumenta acerca do que chama “a lição da Espanha”. No artigo em foco, a “lição” consiste numa defesa dos governos constitucionais, a partir da condenação das ditaduras:

A lição da Espanha veio mostrar, mais uma vez, a esterilidade dos governos de força. Há vários anos, a monarquia espanhola, sentindo vacilar nos alicerces o edifício a que se abriga, pediu escora à ditadura militar, e, por dilatado prazo foi vivendo, mais ou menos tranqüila, graças ao auxílio desta escora.¹⁷

Tais posições liberais, defendidas por um órgão de imprensa reconhecidamente conservador desde sua fundação em fins do século XIX,¹⁸ explicam-se pela peculiaridade da conjuntura histórica do início da década, a partir da Revolução de 30, que destituiu o governo constitucional suportado pelo PR (Partido Republicano) paulista, pondo fim à dominação das antigas oligarquias ligadas ao complexo agroexportador cafeeiro. Com o alijamento deste setor do Governo Central, organizou-se, em São Paulo, o movimento Constitucionalista, que culmina com a fracassada Revolução de 32. Daí porque o enaltecimento das premissas liberais e constitucionais defendidas pelo artigo em foco. Observamos, portanto, a maneira pela qual setores dominantes na sociedade brasileira, sempre muito conservadores e autoritários, puxaram do bolso do colete argumentos liberais: “Não nos cansaremos de repetir: fora da órbita constitucional, é tudo escuro e incerto. Não há sossego nem para o povo nem para o governo.”¹⁹

16. *O Estado de São Paulo*, 15 abr. 1931, p. 3.

17. *Idem*.

18. Cumpre lembrar que a grande imprensa no Brasil tem-se caracterizado, ao longo dos tempos, por um caráter regional. De alguma maneira, os grandes jornais do Rio de Janeiro, que foi até 1960 a sede do governo central, tenderam a encaminhar as questões ditas “nacionais”, enquanto em São Paulo a grande imprensa assumiu um caráter mais regional. Entretanto, dada a importância (econômica e política) daquela região na constelação das diversas regiões que compunham o Brasil, pela década de 1930, os jornais paulistas tiveram um papel destacado no processo de ideologização por nós analisado.

19. *O Estado* ..., op. cit.

Também em outro artigo, na mesma coluna do *Estadão*, a República espanhola é invocada como bom exemplo de constitucionalidade e liberdade, em oposição aos regimes ditatoriais. Cumpre destacar que a adoção do liberalismo em momentos de crise política grave tem sido uma constante no processo histórico brasileiro.²⁰ Em várias conjunturas históricas de impasses, sobretudo pelo esgotamento das propostas autoritárias, o liberalismo tem aparecido como uma alternativa política.²¹ Nestes momentos cruciais, observa-se o câmbio de agentes político-ideológicos conservadores e autoritários para uma posição mais liberal.

De modo que o liberalismo presente no ideal republicano acabou por reeditar práticas autoritárias (escoradas sobretudo na ideologia positivista dos militares que puseram fim à monarquia), reforçando o regime político despótico contra o qual o discurso liberal colocava-se contrário. Assim, não é sem fundamento que soluções de força autoritárias combinem-se com o liberalismo e, quiçá, com o constitucionalismo.

Mesmo antes do movimento armado ligado às oligarquias do sul do país que colocou Getúlio Vargas no poder, a crise política vivida pelo último governo da dominação oligárquica já apontava para a inviabilidade das soluções de força. Com uma grande agitação política por todo o país, a “saída” liberal começava a ser invocada pela comparação com o caso espanhol. Aliás, a década de 1920 foi marcada, na formação histórico-social brasileira, por estas agitações. Agitações operárias, organização do Partido Comunista do Brasil, movimentações dos setores médios urbanos e militares (com a mobilização dos tenentes em torno da lendária Coluna Prestes). No Nordeste do país, os movimentos messiânicos e o banditismo (cangaço) anunciavam a necessidade de mudanças. A radicalização em torno de posições rígidas em defesa da ordem vigente estavam cada vez mais difíceis de serem sustentadas; mesmo porque o recurso ao estado de sítio já tinha sido muito utilizado por toda a década de 1920.

Explica-se, assim, porque o *Estado de São Paulo* vinha, desde começos da década de 1930, mesmo antes de se colocar a questão da campanha constitucionalista desencadeada em São Paulo, mudando sua posição para um eixo mais liberal. Destaque-se, ainda, que tal mudança teria, quase sempre, como pano de fundo, uma discussão sobre a República espanhola.

O novo governo espanhol achou que não realizaria a pacificação do país, perturbada pelo regime ditatorial, sem que, primeiro, decretasse uma anistia completa. É essa a terapia ordinária em todos os países. Somente no Brasil ainda se acredita que o melhor remédio para a pacificação geral é a sementeira do ódio [...] Com a sábia política que adotou [a anistia], a Espanha chegará logo à pacificação completa dos espíritos.²²

20. Esta interpretação encontra-se em Gizlene Neder, *Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Textos Paralelos, Achiamê/SOCII, 1979.

21. Tal processo também ocorrerá quando do fim da ditadura varguista (1937-1945), com a redemocratização do país e a convocação da Constituinte de 1946. O fim da recente ditadura militar é outro exemplo: veio envolto no manto deste liberalismo, depois de mais de vinte anos no poder, garantindo uma “transição conservadora”, sob a égide da (novamente) chamada “Nova República”, instalada a partir da eleição pelo Congresso do presidente da República em 1984. Com relação ao regime autoritário recente, ver Gisálio Cerqueira Filho, “Impasse na transição política brasileira”, in *Brazil in the eighties*, University of Georgia, USA, Carmen Chaves Mac Clendon e M. Elizabeth Ginway (editors), 1990.

22. *O Estado de São Paulo*, 9 fev. 1930, p. 3. Note-se que esse artigo é de fevereiro e que a Revolução de 30 ocorreu em outubro.

Com a Guerra Civil Espanhola e a conseqüente radicalização política e ideológica, o referido jornal voltou à defesa do autoritarismo e à campanha anticomunista que arduamente desenvolveu.

Usado recorrentemente como alternativa ao autoritarismo nos momentos de crise, o liberalismo assumiu conotações frágeis em termos políticos na formação histórica brasileira. Isto não implicou entretanto, numa completa ausência deste liberalismo fora de situações de crise. O pensamento liberal, embora não hegemônico, tem aparecido, norteador posições político-ideológicas como a que destacamos abaixo: trata-se de análise da política internacional, feita pelo *Jornal do Brasil*, na coluna intitulada “Do Exterior”. Aqui, a “questão espanhola” é discutida dentro dos preceitos clássicos do liberalismo, tomando o reconhecimento do regime soviético pela república espanhola como uma “conseqüência lógica”, ou como fato “natural”:

No Ministério presidido pelo Sr. Manuel Azaña, figuram diversos socialistas, e o maior grupo das Cortes representa este partido. Nada mais natural que os amigos dos comunistas de Moscou procurem estabelecer contato e desenvolver o intercâmbio político e comercial com a União das Repúblicas Soviéticas.²³

O destaque que damos ao trecho acima deve-se à tolerância da sua análise em relação às diferenças políticas e ideológicas, o que não é freqüente na formação ideológica brasileira. Sob o mito da cordialidade e da conciliação do “caráter nacional”, desenvolvem-se práticas políticas, econômicas e ideológicas perversas, movimentadas no interior da formação histórico-social pelo arbítrio e pela intransigência, onde é “natural” o controle absoluto sob as formas de pensamento divergentes.

O próprio desenvolvimento do processo histórico nos anos imediatamente após a Revolução de 30 o confirmam. Sob fortes pressões para o retorno da ordem constitucional, Vargas convocou a Constituinte de 1934. Um rígido controle da propaganda eleitoral, associado a um amplo processo de fraude e corrupção eleitoral garantiram para os setores dominantes (oligarquias emergentes e setor industrial) uma Constituinte com forte tendência conservadora. Esta legislou, sobretudo, no sentido de estabelecer normas de controle e disciplina sobre o proletariado. Proibiu a imigração de estrangeiros e deu início ao estabelecimento de uma legislação social que tendeu a reconhecer e estender as conquistas dos trabalhadores urbanos, mormente os ferroviários, para todos os trabalhadores das cidades.

Embora estivesse sob um rigoroso controle político e ideológico, setores médios (militares, profissionais liberais e intelectuais) associados ao movimento operário (nesta altura matizado por várias tendências político-ideológicas) organizaram-se na oposição ao governo varguista e fundaram a ANL (Aliança Nacional Libertadora).²⁴ Com a intolerância política do governo, a ANL tendeu à radicalização política, juntando numa frente de esquerda vários setores sociais e diversas forças políticas, inclusive o Partido Comunista Brasileiro.

A mobilização política de amplos setores da sociedade brasileira a partir da ANL, com forte participação dos comunistas, levaram a III Internacional a encaminhar

23. *Jornal do Brasil*, 21 jul. 1933.

24. Sobre este tema ver Anita Leocádia Prestes, *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora, os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/1935)*, Petrópolis, Vozes, 1997.

a revolução, acreditando na mobilização dos jovens militares rebeldes e amotinados. O fracasso da Insurreição Comunista de 1935 abriu caminho para o estabelecimento da ditadura do Estado Novo. Os anos de 1936 e 1937 foram marcados por uma ampla campanha anticomunista. Assim, com toda a situação sob controle, sobretudo com os comunistas completamente derrotados, Vargas, junto com setores militares conservadores, deu o golpe de Estado em 10 de novembro de 1937, fechando o Congresso. Tal radicalização inscreveu-se, também, num quadro mais complexo de contradições sociais. Sem dúvida alguma, a dinâmica interna do processo histórico brasileiro foi afetada pela conjuntura internacional. O fortalecimento dos regimes nazi-fascistas na Alemanha e na Itália e sua expansão militar, associado ao movimento contra-revolucionário, no âmbito internacional, onde a “questão espanhola” converteu-se em fator de polarização, produziram, no interior da formação social brasileira, condições históricas para o estabelecimento do regime ditatorial.

A complexidade da formação histórica brasileira apontava para a pluralidade ideológica que, entretanto, não implicava a existência de um pluralismo político. Sem dúvida, o autoritarismo e o conservadorismo têm sido, ao longo do tempo, a tendência hegemônica no Brasil. As formas alternativas de pensamento, às vezes concorrentes entre si (socialistas, anarquistas, liberais radicais), no entanto, apresentaram-se historicamente, na exata medida em que a estrutura social tornou-se cada vez mais diversificada e complexa.

A grande imprensa, por outro lado, refletiu, de uma certa maneira, esta complexidade e não podem passar despercebidas as nuances existentes no interior do próprio encaminhamento das classes dominantes. Não nos referimos, obviamente, à veiculação das propostas revolucionárias. Estas tinham seus próprios jornais,²⁵ encarregados da propaganda ideológica.

Vejam os como a observação que fizemos anteriormente acerca do papel desempenhado ora pelo autoritarismo, ora pelo liberalismo conservador na formação ideológica brasileira aplica-se também a um jornal. Queremos contrapor a uma análise da política internacional publicada no *Jornal do Brasil*, em 1935, com posições liberais clássicas sobre o reatamento das relações hispano-russas, outros comentários do mesmo jornal, no mesmo ano, que tratam a “questão espanhola” com uma interpretação menos liberal:

A Espanha está colhendo agora os nefastos resultados de ter permitido em seu território uma imensa difusão de idéias vermelhas, programas anarquistas, postulados comunistas [...] Contra todos os dictames, a Espanha permitiu a intoxicação do público por essas idéias, que têm feito a desgraça da Rússia e a miséria de seu povo.²⁶

Ou ainda:

25. Observe-se que a imprensa alternativa (socialista e anarquista) terá um grande vigor entre as décadas de 1890-1920, embora a periodicidade e as tiragens dos jornais fossem pequenas se comparadas aos da grande imprensa. O fechamento político ocorrido após a Revolução de 30 e a implantação do regime ditatorial inviabilizaram esta imprensa alternativa. Após 1930, *A Classe Operária*, órgão oficial do Partido Comunista do Brasil, publicado com interrupções até 1952 no Rio de Janeiro, seria praticamente a única fonte “regular” onde os que a ele tinham acesso recolhiam, no Brasil, os ecos da República e da Guerra Civil Espanhola a partir de uma posição de esquerda. Esse periódico foi fundado em 1925, circulando, no início, semanalmente.

26. *Jornal do Brasil*, 12 maio 1933, p. 5. Grifos dos autores.

Convém notar que na Espanha como em muitas outras nações, agentes estrangeiros desenvolvem ativa propaganda em prol da dissolução social, inculcando no espírito do povo o sentimento de ódio e idéias subversivas contra as instituições e as tradições nacionais.²⁷

Sem dúvida alguma, o reconhecimento do regime soviético pelo governo da república espanhola produziu, internacionalmente, efeitos ideológicos de impacto que levaram à radicalização política. Tratadas como veneno que “intoxica” a sociedade, as idéias socialistas/anarquistas/comunistas eram violentamente combatidas.

Quando eclodiu a Guerra Civil Espanhola em 1936, a ANL e o Partido Comunista do Brasil estavam desbaratados e muitos de seus militantes encarcerados. A propaganda anticomunista prosseguiu, entretanto, projetando uma situação política que justificou para o conjunto da sociedade brasileira e para o resto do mundo o golpe de Estado, em 1937.

“A fermentação russa” é o título de um artigo que sai em São Paulo, assinado por Mário Pinto Serva. Bastante ilustrativo para nossa argumentação, este artigo fala que

Precisamos pôr de quarentena todos os pensadores e teorias russos. Não porque devemos querer mal a uma determinada raça ou nacionalidade, mas porque o que procede da Rússia tem origem numa sociedade ou nação que viveu à margem da civilização, segregada da cultura, do progresso, da democracia, da liberdade, de todas que produziram a civilização ocidental [...] Daí a avidez, o radicalismo, o desequilíbrio, a falta de calma de todos os escritores russos [...] Eis porque devemos nos precaver contra a literatura política dos russos. É uma literatura de fermentação brutal. Privados permanentemente, atrozmente, de tudo quanto constituía direito elementar dos povos ocidentais, o povo russo se constituiu em foco de fermentação perigosíssimo para a Humanidade inteira.²⁸

As metáforas empregadas são reveladoras: “quarentena”, “acidez”, “desequilíbrio” e, por fim, o próprio vocábulo “fermentação”, estão a sugerir mais que uma mera enfermidade social”, uma “epidemia”, cujo vírus “fermenta”, provocando “acidez” e que exige como terapia a “quarentena”. Tais metáforas espelham uma repugnância que assume características xenófobas em relação ao povo russo. Embora o autor tentasse esclarecer que não se “deve querer mal a uma determinada raça ou nacionalidade”, a xenofobia transparece nos próprios argumentos utilizados. As metáforas organicistas permeiam recorrentemente os discursos racistas e xenófobos.

No ano de 1936, observamos o desenvolvimento de análises que articulavam uma relação internacional triangular entre URSS, Espanha e Brasil, reforçando a campanha anticomunista. “Brasil, colônia soviética ou espanhola, Moscou insiste em transformar-nos no foco vermelho da América do Sul”, é a chamada, em letras garrafais, para o editorial do *Correio de São Paulo*; repelindo o que considerava uma “insolência” de deputados espanhóis ao emitirem um telegrama em prol da defesa dos direitos dos presos políticos no Brasil.

A repulsa generalizada que tem o telegrama pelos comunistas espanhóis veio comprovar que a nossa gente não tolera a intromissão de estrangeiros em nossa política interna e repele energicamente a mistificação comunista. Mais uma vez desmascara-se a trama de Henry Berger, Olga Benario e outros orientadores e controladores de Luiz Carlos Prestes e dos demais ingênuos comunistas indígenas. Os chefes comunistas ainda não desistiram de tornar o Brasil o foco vermelho da América do Sul [...]

27. Idem, 12 dez. 1933, p. 5. Grifos dos autores.

28. *Correio de São Paulo*, 29 jan. 1936, p. 2.

[...] É curioso notar como se assemelham a Frente Popular espanhola com o que aqui se tentou fazer, primeiro com a Aliança Nacional Libertadora e, logo depois, com o Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares. Apenas, vigilantes, os brasileiros conseguiram evitar a tempo que a mistificação tomasse vulto e criasse mais sérios embaraços. A Espanha presa das agitações políticas desencadeadas com a queda da monarquia, não pôde reagir salutarmente, e daí a vitória dos audaciosos, mascarados de populistas.²⁹

Esta longa citação é muito significativa. Expressa a forma pela qual o pensamento autoritário (integralista) estabeleceu os nexos das relações internacionais (URSS - Espanha - Brasil). Ao mesmo tempo, prosseguiu na linha de construção da argumentação discursiva racista e xenófoba que embasava este tipo de posição político-ideológica. Isto pode ser captado pelo emprego do vocábulo “salutarmente”, e de expressões como “mistificação comunista”. Destaque-se ainda que o editorial em estudo refere-se a fatos e pessoas que se situavam no cerne da conjuntura política do ano de 1936.

Com o desbaratamento da Insurreição Comunista de 1935 e a conseqüente prisão de seus militantes, vivenciou-se em 1936, como dissemos, um aumento da radicalização política. Internacionalmente, organizaram-se, na Europa, várias manifestações em prol dos direitos dos presos políticos brasileiros e mobilizou-se o “socorro vermelho”, ligado à organização de solidariedade do movimento operário internacional, e do qual a III Internacional tentou-se valer para propiciar a libertação de dois de seus mais importantes quadros aqui enviados para preparar o movimento comunista de 1935: os alemães Henry Berger, duramente torturado pela polícia política brasileira, até ser entregue a seus familiares completamente dementado, e Olga Benario, mulher do líder comunista brasileiro Luís Carlos Prestes, entregue grávida pelo governo de Vargas aos nazistas alemães. Judia e comunista, Olga foi morta num dos campos de concentração nazista na Alemanha. Prestes permaneceu preso até 1945.

O mesmo jornal *Correio de São Paulo* publicou, no dia seguinte ao editorial que enfocamos acima, uma matéria detalhada sobre uma conferência, “O combate ao comunismo”, proferida por Tyrso Martins, ligado à polícia política. A matéria do jornal intitula-se “Existe problema comunista no Brasil?” e mistura, em doses balanceadas, racismo, nacionalismo xenófobo e anticomunismo.³⁰

Em 1937, a “questão espanhola” era tratada contundentemente a partir do anticomunismo. “O governo vermelho da Espanha” é título de artigo do *Correio da Manhã*.³¹ Destaquemos alguns vocábulos e expressões que circundaram esta argumentação quando se tratava da Espanha e que apareceram em alguns artigos deste jornal, tidos como dos mais liberais no Brasil: *vermelhos, extremistas, inimigos, desleais, covardes, desordeiros, agitadores infiltrados, libertários, comunistas, ferozes, sanguinários, temíveis, malfeitores, desocupados, planta daninha, ideologia atroz, criminosos confessos, ideologia rubra*.

Com a repressão política desencadeada a partir de 1935 as manifestações de apoio à República espanhola ficaram bastante restritas. Tal dificuldade manifestou-se, também, na própria participação limitada dos brasileiros nas Brigadas Internacionais. A intelectualidade independente, com tendências à esquerda prestou uma tímida

29. Idem, 28 maio 1936, p. 1.

30. Idem, 29 maio 1936, p. 3.

31. *Correio da Manhã*, 05 out. 1937, p. 4.

contribuição através de uma revista literária, intitulada *Revista Acadêmica*. Nela reuniam-se importantes nomes da literatura e das artes plásticas brasileiras como Mário de Andrade, Aníbal Machado, Portinari, José Lins do Rego, Rubem Braga, Graciliano Ramos, Oswald de Andrade e Érico Veríssimo. Ao lado de contos e poemas, algumas notas de solidariedade à República e ao povo espanhol.

A República Espanhola está clamando pelo nosso apoio [...] Porque a consagração do direito do mais forte sobre o mais fraco significa concretamente a negação do princípio dos povos disporem de si mesmos e portanto é uma abdicação que se faz da própria liberdade. Ninguém se ilude: o que há na Espanha não é uma guerra civil – é uma invasão estrangeira. Lá há um povo em armas em defesa de sua soberania. Tal como se deu com a Abissínia, a Espanha está sendo conquistada [...] ³²

Na visão dos intelectuais da *Revista Acadêmica* a Espanha estava sendo invadida (pela Itália), configurando-se uma situação de dominação estrangeira que feria a soberania espanhola. No mesmo ano, outro grande intelectual brasileiro, Gilberto Freyre, interpretou a “questão espanhola” distintamente dos intelectuais da referida revista. Para ele, havia duas espanhas inconciliáveis:

Espanha contra Espanha. E cada uma se julgando a verdadeira Espanha... Esta é que é a verdade. Não há na Espanha guerra de gerações nem mesmo luta de classes no sentido rigoroso da expressão. A luta é entre duas Espanhas que chegaram a este começo trepidante do século XX sem se ajustarem e sem se completarem: duras e intransigentes nas suas diferenças. ³³

Como todos seus contemporâneos, Freyre não poderia deixar de se posicionar em face da “questão espanhola”. ³⁴ Deu ao seu artigo em tom lamurioso, ao constatar da “impossibilidade” das duas espanhas de bem “aproveitar o início trepidante do século XX.” E conclui,

O choque tinha de dar-se violento, acre, brutal, entre duas Espanhas cada dia mais diferenciadas, sem que uma mística comum ou um interesse mútuo se elevasse, maior que as divergências ou capaz, pelo menos, de atenuá-las. ³⁵

Evidentemente este trecho tem como pressuposto uma solução de conciliação tão ao gosto das elites no Brasil e a “questão nacional”, capaz de unir diferenças, segundo sua visão.

Sublinhe-se, por fim, que as armadilhas preparadas pela interpretação de Gilberto Freyre são muito mais perigosas que as farpas desfechadas pelo integralismo. Mais perigosas, porque mais sutis. Gilberto Freyre retira da guerra civil sua dimensão internacional (que aparecia claramente formulada no discurso radical da direita ou da esquerda). Assim, Gilberto Freyre tornou a “questão espanhola” menor do que ela realmente representou para o processo histórico contemporâneo. Tornou-a uma questão entre espanhóis – Espanha contra Espanha – com a marca da intolerância, caminho que acabou sendo palmilhado pelo processo histórico subsequente, seja no Brasil, seja na Espanha. Destarte, o autor pernambucano conseguiu fazer parecer que assumia uma crítica à guerra espanhola (pela intolerância política instalada entre as

32. *Revista acadêmica*, n. 27, ano 3, maio 1937.

33. Gilberto Freyre, “Espanha contra Espanha”, *Correio da Manhã*, 25 set. 1937, p. 4.

34. Recordemos que a esta altura o apoio de Gilberto Freyre ao Estado Novo salazarista era já fato bastante conhecido da opinião pública brasileira.

35. Gilberto Freyre, op. cit.

duas espanhas), sem assumir uma posição política clara (esquerda ou direita/ defesa dos republicanos ou das falanges franquistas – como a conjuntura exigia de todos).

Conclusão

Sublinhamos que a Guerra Civil Espanhola constituiu-se no primeiro marco internacional a definir clivagens ideológicas nacionais, tendo como pano de fundo o conflito socialismo *versus* capitalismo, ao longo do século XX. Outros embates foram travados tendo como foco outras situações de conflito (Coréia, Vietnã, Palestina, Cuba), onde tais clivagens estabeleceram-se pelo menos até a queda do Muro de Berlim, no início da década de 1990. Entretanto, a Guerra Civil em Espanha pode ser tomada como o primeiro caso a atingir dimensões internacionais.

Queremos destacar que na fala sobre o Outro (no caso a Espanha), ainda que se pretenda rigorosamente falar sobre este Outro no plano das intenções, acabamos falando sobre nós mesmos. No caso, nas várias falas sobre a Guerra Civil Espanhola, foi possível identificarmos a complexidade da formação histórico-ideológica brasileira, refletida nos diversos posicionamentos ideológicos de agentes históricos também diversos. De uma certa maneira, a fala sobre o Outro espelhou, em alguma medida, as contradições sociais e ideológicas internas da sociedade brasileira.

Revolução e **república** foram expressões muito peculiares que incidiram em cheio nos debates político-ideológicos de então, tanto em Espanha quanto no Brasil. O acompanhamento do significado semântico e histórico destes vocábulos, lá e cá, no que tem de superposição, ambivalência, desencontro e contradição, possibilitou melhor visualização das clivagens político-ideológicas em ambas as formações sociais.

[Recebido para publicação em janeiro de 1998]